

Vem aí o ajuste

○ Governo Sarney não aceitou a proposta ortodoxa do Fundo Monetário Internacional para cortar Cr\$ 50 trilhões no déficit público deste ano e pretende utilizar os espaços que identificou junto à comunidade financeira no exterior para obter um acordo mais brando em termos de ajustamento interno da economia. O ministro Francisco Dornelles chegou a acreditar que dava para fechar rapidamente o novo programa stand-by com o FIM e acenou de início com metas que se adequavam àquele proposto — como a expansão monetária de apenas 150% (contra 198% atualmente), cortes de despesas de Cr\$ 35 trilhões e aumento da receita fiscal de Cr\$ 8 a Cr\$ 12 trilhões.

Com a vinda da missão, nas últimas semanas, ficou evidente que aquelas metas eram muito rigorosas — no sentido de que produziriam a curto prazo uma desaceleração econômica cujos efeitos sociais a Nova República não está preparada para enfrentar. Ao mesmo tempo o presidente José Sarney recebeu indicações seguras de que existe, a nível internacional, um razoável apoio à disposição do novo governo brasileiro para promover um maior crescimento econômico, conjugado com medidas redistributivistas que possam liberar um pouco a pressão social.

O ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, trouxe de sua recente viagem à Europa e aos Estados Unidos indicações neste sentido, que foram classificadas por um assessor do Palácio do Planalto como *feelings* de que há uma certa boa-vontade no exterior. Traduzindo, o Governo resolveu jogar com estes indícios e tentar amenizar o impacto do ajustamento econômico exigido pelo Fundo Monetário Internacional. Se os bancos, que são os credores dos US\$ 100 bilhões, estão dispostos a deixar o país crescer um pouco mais rapidamente, não há por que os fiscais do FMI imponham um programa stand-by tão rigoroso como se pretendeu.

O preço da reformulação de estratégia, em relação ao que esperava anteriormente o Ministério da Fazenda, foi prolongar um pouco mais o fechamento das negociações com o FMI. Mas o tempo corre contra, pois o acerto provisório que está em vigor com os bancos termina no final de agosto, e até lá é preciso que o mundo saiba como a Nova República vai rolar a dívida externa herdada dos governos militares. E os bancos, naturalmente, não conversam sem ter antes a avaliação dos auditores do DMI. Era preciso, portanto, aproveitar os poucos dias que a missão negociadora fica em Washington para adiantar por aqui as respostas que o governo vai dar à proposta de ajustamento econômico.

Isso é o que o presidente José Sarney vai fazer de público daqui alguns dias. Claro que ninguém gosta de admitir que o programa econômico do país estará condicionado às exigências dos credores, mas a bem da verdade é preciso reconhecer o fato de que não haverá muita margem para o governo fazer o que gostaria — em termos, por exemplo, de criação de empregos, oferta de crédito agrícola ou combate à especulação financeira. O Presidente vai acenar, de acordo com assessores do Planalto, com rumos mais claros para que os agentes econômicos — empresas, consumidores, etc — possam trabalhar com um maior horizonte de certeza do que existe atualmente.

Ao indicar a política de ajustamento econômico, o Presidente deve jogar com uma meta até recentemente considerada irreal para este ano, que é o crescimento de uns 6% no Produto Interno Bruto — muito diferente da queda de 3,2% no auge da recessão em 1983. Isso permitirá uma folga também na área social, onde o governo está determinado a dar uma demonstração de trabalho concreto e imediato, com a utilização das verbas dos programas assistenciais para criar empregos em áreas críticas.

Resta saber se os preços vão se comportar de acordo com a expectativa de uma inflação entre 190% e 200% este ano. Muita gente já admite que o governo se dará por satisfeito se segurar o índice nos mesmos 223% do ano passado. Mas isso já é outra questão. **ARNOLFO CARVALHO**